

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Perigo na estrada	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Mineradora gasta R\$ 370 mi para retomar operação	2
Título: Estrangeiras ameaçam concorrência no setor elétrico, diz FGV	3
Título: Guerra de facções põe Angra em emergência.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: CSN lança nova rodada de reajuste de preços	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: A nova preocupação da ANP.....	8
VEÍCULO: Valor Econômico.....	8
Título: Arrecadação cresce 12,8% com petróleo e atividade.....	8
Título: Dólar em alta elimina efeito de subsídio, e preço do diesel deve subir em setembro	11
Título: Efeito da greve termina e inflação volta ao 'normal'	12
Título: Venezuela pode cortar energia de Roraima	14
Título: Usiminas coloca participação em mineradora Musa à venda	16
Título: Destaques	18
Título: A corrida para substituir o cobalto nos carros elétricos	19
Título: TPG tenta pagar menos por ativo da Abengoa	24
Título: Petrobras desrespeita paridade de preço, diz Abicom	25
Título: Curtas	27

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/08/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Perigo na estrada**

Mesmo com a política de subsídio ao diesel adotada por Temer depois da greve dos caminhoneiros, o dólar alto, fechado ontem a R\$ 4,12, deve afetar o preço do combustível nas bombas em setembro. Aliás, a Petrobras já tem crédito de uns R\$ 800 milhões para receber do governo por causa do subsídio ao diesel nos meses de junho e julho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 24/08/2018****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Mineradora gasta R\$ 370 mi para retomar operação**

Mercado Aberto

A Anglo American desembolsou US\$ 90 milhões (R\$ 370 milhões) para retomar sua operação, travada por causa de dois vazamentos consecutivos no duto que leva o minério do local da extração, no interior do país, ao porto, no litoral.

Os acidentes aconteceram em março deste ano.

Para poder voltar a usar a estrutura de 529 quilômetros, a empresa fez uma inspeção pelo caminho que o minério percorre e se prepara para substituir canos ao longo de quatro quilômetros.

O Ibama concedeu licença para essa reforma no último dia 20. A troca de tubulação deve começar na próxima semana, segundo Ruben Fernandes, diretor-executivo da Anglo American no Brasil.

Em novembro, o duto voltará a ser usado. Enquanto o escoamento está comprometido, a companhia não extrai ferro de sua mina, que fica em Conceição do Mato Dentro (MG).

A empresa também paga para recuperar as áreas atingidas pelos vazamentos.

"O impacto total será de US\$ 300 milhões (R\$ 1,2 bilhão). Além dos US\$ 90 milhões para recuperar a estrutura, colocamos empregados em férias coletivas, mas com cursos para eles, e há o custo do que deixamos de produzir." A produção deverá saltar mais de 50% no começo do ano que vem, afirma Fernandes. O Ibama deu licença para aumentar a infraestrutura da mina no começo de 2018.

Com isso, o duto que chega ao Porto do Açu (RJ) será usado na sua capacidade máxima pela primeira vez.

O projeto começou com o empresário Eike Batista. Ele o vendeu, em 2008, à Anglo American. A operação foi iniciada em 2014.

aporte... O Grupo IndEco, de gestão energética, montou um fundo de R\$ 15 milhões para financiar projetos de indústrias e prestadoras de serviço ou para reforçar empresas que prestam um serviço similar.

...ENERGÉTICO Os recursos, próprios, serão usados em projetos como iluminação, geração fotovoltaica e economia de água. A remuneração será por performance, e o grupo receberá uma fatia do valor economizado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/08/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Estrangeiras ameaçam concorrência no setor elétrico, diz FGV

São Paulo- O avanço de empresas estrangeiras no setor elétrico brasileiro poderá reduzir a competição no mercado, aponta estudo da FGV.

Desde 2016, foram mais de 15 fusões e aquisições no setor, movimentando cerca de R\$ 86 bilhões. Desse montante, 95,2% se referem a compras feitas por grupos estrangeiros.

"Mesmo que a fotografia ainda não indique um mercado altamente concentrado, pode haver problemas se continuarmos nessa toada", afirma o economista Gesner Oliveira, responsável pelo estudo.

Há uma preocupação quanto à redução no número de atores no mercado e em relação à falta de isonomia entre as empresas estrangeiras e as nacionais — que têm um custo maior para captar recursos, o que reduz sua competitividade nos leilões.

A maior preocupação, porém, recai sobre a entrada de estatais de outros países, que muitas vezes recebem subsídios de seus governos.

"Isso fere regras da Organização Mundial do Comércio, é concorrência desleal", diz Oliveira. "Não estamos privatizando [o setor], mas transferindo a estatais estrangeiras." O estudo destaca as chinesas, como a State Grid, que comprou a CPFL em 2016. Há também a estatal italiana Enel, que em maio venceu a disputa pela Eletropaulo e acentuou significativamente a concentração do mercado de distribuição do país. Após a compra, as quatro maiores empresas passam a deter 63,4% do segmento. Até então, a taxa era de 55%.

A concentração pode ter efeitos nocivos porque a forma de medir o desempenho é balizada pela comparação com as demais companhias. Ou seja, com menos atores, há o risco de se "nivelar por baixo" a qualidade de serviço.

O estudo é relevante para se pensar as privatizações de ativos da Eletrobras, diz. "Dependendo de como for feito pode aumentar a concentração."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/08/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Júlia Barbon

Título: Guerra de facções põe Angra em emergência

Disputa se acirra em cidade estratégica ao tráfico, às margens da Rio-Santos, e prefeitura pede ajuda à intervenção

Rio de Janeiro - Conhecida por suas belas ilhas cercadas de águas verdejantes, Angra dos Reis tem se destacado por outra fama nesta semana. Apo-pulação da cidade litorânea do sul do Rio vive uma onda de medo com o acirramento do conflito entre duas facções criminosas.

O embate começou no fim de semana, quando o Comando Vermelho (CV) tomou o controle de uma das maiores favelas da cidade, a comunidade do Belém, das mãos do Terceiro Comando Puro (TCP).

Desde então, os moradores da região conviveram com três dias de intensos tiroteios, com gravações de disparos ininterruptos divulgadas nas redes sociais. A situação fez o prefeito Fernando Jordão (MDB) decretar estado de emergência na terça (21) e cobrar ajuda da intervenção federal.

A segurança pública do estado do Rio está sob responsabilidade da União desde fevereiro, quando o presidente Michel Temer (MDB) decidiu pela intervenção.

Na prática, as polícias, os bombeiros e o sistema penitenciário estão nas mãos do general Walter Souza Braga Netto, nomeado interventor.

Na segunda-feira (20), parte do bairro Belém ficou sem energia elétrica porque transformadores foram atingidos e não era possível entrar no local para fazer reparos. Mais de 1.600 crianças de duas escolas municipais na área também ficaram sem aulas naquele dia.

O estopim ocorreu quando dois ônibus foram incendiados, bloqueando a rodovia Rio-Santos (BR-101). Segundo o delegado Bruno Gilaberte, titular da delegacia de Angra, a polícia acredita que os veículos tenham sido queimados pelos próprios criminosos do Terceiro Comando.

"Eles estariam estimulando o medo na população para que comunidades da região sejam alvos de operações policiais. Assim, o CV teria que fugir de lá, e o Terceiro Comando se instalaria nesse vácuo", diz ele, frisando que o conflito entre as duas facções não é um fenômeno recente.

"Há uma tensão permanente entre elas há anos", afirma. "A guerra se acirrou por volta de 2014, quando os fuzis começaram a chegar em Angra, com traficantes que migraram da capital e da Baixada Fluminense. Com o maior poder de guerra, a competição se acirrou."

O Comando Vermelho vem tentando dominar a região para controlar a rota do tráfico de drogas. Angra —e especificamente o Belém, entre outras comunidades— fica em uma posição estratégica, nas margens da rodovia Rio-Santos.

A Polícia Rodoviária Federal, em parceria com outros órgãos de segurança, tem reforçado o policiamento na rodovia Presidente Dutra (BR-116), o que pode ter contribuído para uma maior circulação de criminosos na Rio-Santos.

Esse contexto contribuiu para a violência crescente no município nos últimos seis anos. A cidade viu seu índice de letalidade violenta disparar em 2018: foram 117 mortes de janeiro a julho, ante 63 no mesmo período do ano passado, quase o dobro.

O crescimento foi puxado pelos homicídios dolosos (que subiram de 55 para 86) e pelas mortes por intervenção policial (que triplicaram, de 8 para 30). O índice também inclui latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, mas eles são uma parte ínfima.

Segundo a Polícia Militar, o 33º batalhão, de Angra, tem "reforçado o patrulhamento em alguns locais do município e atuado preventivamente diante

dos confrontos entre criminosos nas comunidades do Belém e Bracuí", outra favela que registrou conflitos.

Para o delegado Gilaberte, o medo foi potencializado pelas redes sociais e notícias. Foram divulgados, por exemplo, dois roubos a estabelecimentos e uma invasão de vândalos a uma escola municipal que, segundo ele, são comuns e não têm relação com a guerra entre as facções.

Ele diz que ainda não há registro de mortes referentes ao conflito desta semana, mas há rumores não comprovados de que haveria corpos dentro dessas comunidades.

O tom que a prefeitura adotou ao decretar o estado de emergência na segurança pública da cidade também suscitou mais medo.

Em comunicado, o prefeito Jordão disse que a insegurança poderia afetar os planos de evacuação das usinas nucleares Angra 1 e 2 em caso de acidente, já que a Rio-Santos é a única rota de fuga, "resultando como única solução o requerimento de desligamento das usinas".

A fornecedora Eletrobras Eletronuclear, porém, informou que as usinas estão operando normalmente e que tem plena capacidade de efetuar seu plano de emergência local. Em 35 anos, nunca houve um acidente que envolvesse evacuação de população.

No mesmo comunicado, o prefeito disse que "a situação está insustentável" e criticou a atuação da intervenção federal: "A prefeitura está usando ferramentas para ajudar a polícia, mas precisamos da mão da intervenção federal, que não disse para o que veio em Angra dos Reis".

Fernando Jordão participou nesta quarta (22) de reuniões com o Gabinete de Intervenção Federal, no Rio, e com o ministro Sergio Etchegoyen (Gabinete de Segurança Institucional), em Brasília.

Ficou definido que Angra receberá um blindado em setembro, e o gabinete da intervenção informou que tem um plano de segurança para a cidade e que uma ação deve ser realizada em Angra, Paraty e Mangaratiba. Questionado, o órgão não deu mais detalhes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/08/2018****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães****Título: CSN lança nova rodada de reajuste de preços**

Coluna do Broadcast

O dólar na casa de R\$ 4, somado à alta das matérias-primas, levará a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a realizar novo aumento do preço do aço, de 10,25%, a partir do dia 3 de setembro, para a rede de distribuição, indústria e construção civil. Assim, o reajuste será feito para aço plano, longo e folhas metálicas. O movimento ocorre logo após o aumento anunciado em agosto, que está terminando de ser implementado pela CSN: 12,25% nos laminados a quente e a frio e 10,75% no aço revestido. Segundo o vice-presidente comercial da siderúrgica, Luis Fernando Martinez, mesmo com o aumento deste mês, o diferencial do preço do aço nacional em relação ao importado está hoje negativo em 6%.

» Desverticalização.

A Usiminas bateu o martelo e decidiu se desfazer da participação de 70% na sua unidade de mineração, a Musa. O banco BTG Pactual já foi contratado para assessorar a transação. O processo de venda, contudo, ainda não foi lançado, segundo fontes. A Usiminas vinha dando sinais, há alguns meses, de que faria o desinvestimento. A principal sinalização foi dada em junho, com a saída de Wilfred Bruijn, que comandava a Musa. Se mantivesse a operação, a empresa teria que decidir até 2020 sobre a expansão da mina, já que sua capacidade de produção de minério de ferro irá se esgotar até 2025. O projeto Compactos, há anos na mesa da companhia, promete elevar a capacidade de produção de minério para 29 milhões de toneladas. Ou seja: o novo dono terá um investimento de grande porte à frente. Os 30% restantes da Musa estão nas mãos da japonesa Sumitomo. A Usiminas confirmou o processo.

» Novo nome.

A FLC, que nasceu como uma importadora de lâmpadas em 1992, tem novo presidente, o mexicano Arturo Gonzalez. O executivo foi nomeado pelo controlador da FLC, o fundo de private equity Victoria Capital Partners, gerido pela Principia. A compra da FLC pela Victoria, em 2014, foi parar em uma câmara arbitral, após um imbróglio com antigos sócios. Gonzalez substituirá José Augusto Pereira de Oliveira.

COM CIRCE BONATELLI

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 24/08/2018****Seção: Negócios****Autor: Amauri Segalla****Título: A nova preocupação da ANP****Mercado s/a**

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) está aflita com a iminente aprovação na Câmara de lei que permite que as usinas de etanol vendam o combustível diretamente aos postos. Há alguns dias, a preocupação da agência em deixar de regular sobre a questão ficou evidente quando Bruno Conde Caselli, diretor-superintendente de proteção da concorrência, declarou, em evento com empresários do setor, em Búzios, no Rio de Janeiro, que o tema é um assunto sensível e polêmico. “Não filmem nem gravem nossas discussões para evitar que o cenário se agrave ainda mais”, afirmou, em tom de apelo. Na semana passada, os preços do etanol hidratado recuaram nos postos de 20 estados e no Distrito Federal, segundo levantamento realizado pela própria ANP e compilado pelo AE-Taxas. Em outros quatro estados (Amazonas, Rio Grande do Norte, Rondônia e Tocantins), os preços subiram. No Piauí, não variaram e, no Amapá, não foi feita avaliação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/08/2018****Seção: Brasil****Autor: Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília****Título: Arrecadação cresce 12,8% com petróleo e atividade**

A arrecadação federal registrou crescimento real de 12,83% em julho, na comparação com igual mês de 2017, puxado por efeitos não recorrentes, como o maior pagamento de impostos de empresas - em decorrência de alterações legais -, pela recuperação da economia após a greve dos caminhoneiros e pelo impulso dado pelos royalties do petróleo. Com isso, a Receita Federal arrecadou no mês R\$ 129,615 bilhões, o melhor desempenho para julho desde 2011.

O destaque na arrecadação em julho foi o comportamento da tributação sobre o lucro de empresas. A receita de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) somou R\$ 24,222 bilhões em julho, um crescimento de 28% em relação a um ano antes.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, afirma que o avanço na rubrica tem dois efeitos. Um é a própria melhora do resultado das empresas. Outro é a Lei 13.670, que proibiu empresas de abater crédito tributário quando a declaração de IRPJ/CSLL for com base em estimativa. A lei foi sancionada no último dia de maio e começou a valer na cobrança de impostos referentes ao mês de junho - que são arrecadados em julho.

O objetivo da legislação foi impedir que os contribuintes usassem a compensação tributária para produzir novos valores nas declarações de estimativas. Com essa restrição, as compensações tributárias recuaram consideravelmente e a arrecadação do imposto subiu. "Havia uma espécie de vantagem pois era corrigido pela Selic. Não poderão gerar mais esse saldo", afirmou Malaquias. "A adequação jurídica foi feita para restringir esse tipo de compensação."

Por impedir o abatimento na estimativa, o recolhimento com a rubrica subiu no mês. Malaquias não soube dizer se esse comportamento vai se repetir nos próximos meses. Ele reforçou que a atividade econômica está respondendo e a trajetória crescente faz com que as empresas tenham uma perspectiva de lucro maior, o que também influencia na arrecadação.

"Tivemos o desempenho da indústria se recuperando do movimento ocorrido em maio [greve de caminhoneiros]", disse Malaquias, destacando que os efeitos da paralisação vão se dispersar com o tempo, mas que não é possível prever como isso se dará ao longo do ano.

Além disso, ele afirmou que o início das eleições afetou o clima para consumo e investimentos, o que chegou a influenciar a arrecadação em meses anteriores. Ele diz, no entanto, que a insegurança teria diminuído após o registro das candidaturas, acarretando em uma arrecadação mais forte. "Até as eleições, vamos acompanhar de perto. Mas a economia parece estar descolada [do movimento eleitoral], exceto o mercado financeiro", disse Malaquias.

O coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal, Marcelo Gomide, complementou que a arrecadação de tributos está vindo melhor do que o estimado pelo Fisco tanto no mês quanto no acumulado do ano. O resultado melhor está concentrado na arrecadação de IRPJ/CSLL, já que os outros impostos, principalmente ligados a indicadores macroeconômicos, estão em linha com o esperado.

Também influenciaram a arrecadação de tributos em julho a alteração das alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis, com impacto na arrecadação a partir de agosto de 2017; o crescimento de 38,57% da arrecadação de IRRF de residentes no exterior e a expansão da arrecadação relacionada aos depósitos judiciais de natureza tributária.

A receita com royalties foi destaque no mês e no ano devido à variação cambial e ao aumento do preço do petróleo. De janeiro a julho, a arrecadação com a rubrica somou R\$ 33,4 bilhões, o que representa 56,8% a mais do que em igual período do ano passado.

O dado impulsionou as receitas administradas por outros órgãos (compostas basicamente por royalties e participações especiais com óleo e gás), que somaram R\$ 35,8 bilhões nos primeiros sete meses do ano - um crescimento de 51,3% em relação a igual período de um ano antes.

A variação cambial acaba afetando não apenas os royalties de petróleo como também outras rubricas da arrecadação, como o Imposto sobre Produtos Industrializados vinculado à importação. "Quando se trata de comércio exterior, a base do tributo tem que ser convertida pelo dólar vigente no momento do pagamento. Quando você tem mudança abrupta do dólar, altera o cálculo", afirmou.

No acumulado do ano, as receitas cresceram em termos reais 7,74% e chegaram a R\$ 857,448 bilhões, maior valor para os sete primeiros meses do ano desde 2014.

Considerando dados do acumulado do ano, o período até julho é o melhor registrado até agora em 2018 (considerando a variação ante iguais períodos de um ano antes). Mas alguns números impulsionaram o resultado.

Se fossem retirados os royalties e as demais receitas não administradas pela Receita Federal, o crescimento real da arrecadação total no ano diminuiria de 7,74% para 6,38%. Esse valor ainda está sendo impulsionado por dois fatores não recorrentes: programas de regularização tributária e aumento da tributação sobre combustíveis. Sem essa influência, a arrecadação das receitas administradas no ano cresceria apenas 3,9% em relação a igual período de um ano antes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/08/2018****Seção: Brasil****Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio****Título: Dólar em alta elimina efeito de subsídio, e preço do diesel deve subir em setembro**

Com a alta recente do dólar, o subsídio de R\$ 0,30 no preço do óleo diesel dado pelo governo para conter a greve dos caminhoneiros já não é suficiente para conter o aumento de preços desse combustível para os consumidores - que vão sentir o impacto no bolso a partir do mês que vem, quando o preço de comercialização da fórmula for atualizado.

Levantamento feito por Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), mostra que o preço do diesel já supera o do subsídio em todas as regiões do país. Segundo Pires, seria necessário R\$ 0,43 para equilibrar os preços já que o subsídio é de R\$ 0,30 por litro. O estudo considera a Ptax (taxa de referência para o câmbio calculada pelo Banco Central) em R\$ 4 - ela estava ontem em R\$ 4,0727

"A conclusão é que com o câmbio a R\$ 4 o subsídio que o governo se predispôs a dar não será suficiente para cobrir aumentos de preço. Com isso, o preço do diesel para o consumidor vai aumentar. Hoje existe R\$ 0,13 não cobertos [pelo subsídio]. O valor que passar dos R\$ 0,30 de subsídio terá que ser pago pelo consumidor", diz Pires.

Isso acontece porque o Preço de Comercialização (PC) estabelecido na fórmula será calculado mensalmente até 31 de dezembro, enquanto o Preço de Referência (PR), que tem como base o mercado internacional, varia diariamente. Contudo a revisão é mensal com base nos valores do mês anterior. Assim, a diferença entre o PC e o PR que será calculada no mês que vem vai levar em consideração as diferenças de agosto e por isso o preço deve aumentar.

Teoricamente a Petrobras e o importador demoram 30 dias para receber o subsídio, mas na prática o prazo é bem maior devido a dificuldades admitidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) de verificar a veracidade das notas fiscais apresentadas pelas empresas.

Com o câmbio superando os R\$ 4, o subsídio que o governo se predispôs a dar não será suficiente para cobrir aumentos de preço do diesel e com isso o consumidor vai ter que pagar o aumento até o próximo mês, quando o governo

vai corrigir o preço. Se o PR for maior que o preço ao consumidor, o governo vai fazer o ressarcimento.

Como o subsídio é de R\$ 0,30, a diferença será paga pelo consumidor até que o preço da fórmula seja corrigido. Contudo, é preciso lembrar que o teto da subvenção já reservado pelo Tesouro é de R\$ 9,5 bilhões. O que ultrapassar esse valor será pago pelo consumidor até a revisão.

O CBIE calcula que, se o dólar continuar a escalada, chegando a R\$ 4,50 por exemplo, seria necessário R\$ 0,6162 de subsídio para cada litro comercializado. No início de agosto, a diferença foi positiva para o Tesouro, que economizou com a subvenção por causa da queda do preço do diesel no mercado internacional em junho e julho devido ao verão no hemisfério Norte, que faz aumentar o preço da gasolina e reduz o do diesel que é mais usado para aquecimento. "

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Ana Conceição, Hugo Passarelli e Bruno Villas Bôas | De São Paulo e Rio

Título: Efeito da greve termina e inflação volta ao 'normal'

Passado o choque de preços provocado pela greve dos caminhoneiros, a inflação voltou a registrar taxa comportada em agosto, como mostram os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador cedeu de 0,64% em julho, para 0,13%, taxa mais baixa para agosto desde 2010. A desaceleração deve continuar deixando o IPCA "fechado" de agosto próximo de zero, na opinião de analistas, para quem ainda não há impacto relevante do câmbio na inflação.

Até ontem, a moeda americana acumulava sete dias consecutivos de alta, que levou sua cotação a ultrapassar os R\$ 4. Ao longo do segundo semestre, se a depreciação cambial continuar, a inflação pode ser afetada, de acordo com Tatiana Pinheiro, economista-sênior do Santander. Mas nada que desvie o IPCA do cumprimento da meta de 4,50% perseguida pelo Banco Central neste ano. Em 12 meses até agosto, o IPCA-15 subiu 4,3%, de 4,53% em julho.

Este mês, o IPCA-15 ficou próximo do esperado pelo mercado, 0,10%, o que representou uma "volta à normalidade", diz Tatiana. Alimentos e combustíveis, itens que puxaram a alta da inflação no pós-greve, são agora os líderes da desaceleração do IPCA-15. Responsável por um quarto das despesas das

famílias, o grupo alimentação e bebidas teve alta de apenas 0,03% em agosto, após avanço de 0,61% na prévia de julho. Alimentação no domicílio registrou deflação de 0,43%.

Os combustíveis, por sua vez, caíram 1,32%, a segunda baixa seguida. Houve queda no preço médio do etanol (-5,80%), do óleo diesel (-0,50%) e da gasolina (-0,40%). Com a baixa em combustíveis e a queda de 26% nas passagens aéreas, o grupo transportes teve deflação de 0,87% em agosto, depois de subir 0,79% em julho, e retirou 0,16 ponto percentual do IPCA-15. Na outra ponta, a conta de luz foi a principal pressão individual sobre o índice. Ao subir 3,59%, acrescentou 0,14 ponto à inflação do período, refletindo reajustes tarifários em algumas capitais, com destaque para o realizado em São Paulo.

O IPCA de agosto deve ficar entre estável e ligeira deflação com a continuidade da deflação dos combustíveis, item com forte influência nos custos de diversas cadeias, afirma a economista do Santander. "Em setembro, porém, o item não deve ver deflação novamente por causa do reajuste da gasolina. Ainda assim, a alta não deve ser relevante", afirma.

Nos próximos meses, é provável que tanto o IPCA-15 quanto o índice do mês cheio voltem a ter variações mensais próximas à média verificada entre janeiro e maio, de 0,25%, segundo Tatiana.

É a mesma avaliação do Banco MUFG Brasil, que prevê uma desaceleração adicional dos preços até o fim do mês. "Esperamos o IPCA em zero", afirmou o banco em relatório. Para os próximos meses, a instituição espera taxas de inflação mensal em torno de 0,27%, com influência da desvalorização do real sobre bens e componentes importados. O impacto do câmbio, contudo, não deve ser forte por causa da grande capacidade ociosa da economia brasileira, diz o banco.

Para Tatiana, do Santander, o fator de risco para a inflação é o enfraquecimento do real ante o dólar, que pode levar os índices mensais a escapar da normalidade no quarto trimestre do ano e ser fonte de pressão no início de 2019. Ainda é cedo, diz a economista, para cravar que essa pressão já está presente, a despeito das variações mais fortes em grupos com grande dependência de importação, como o de higiene pessoal, que passou de queda de 0,57% em julho para alta de 1,20% em agosto pelo IPCA-15.

Outros produtos influenciados pelo câmbio, como os panificados, registram alta nos últimos meses, já que boa parte da farinha de trigo usada no país é importada, mas essas altas têm sido compensadas pela queda forte em outros produtos. De acordo com dados do IBGE, depois de registrar queda desde agosto do ano passado, a farinha de trigo passou a subir em maio (1%), junho

(3,04%), julho (7,37%) e agosto (5,14%), no IPCA-15. O pão francês sobe há quatro meses, com mais intensidade em julho (2,58%) e agosto (1,34%).

Além da inflação do mês, os núcleos também baixaram. A média das três principais medidas que retira os itens mais voláteis do cálculo cedeu de 0,50% para 0,37% no período, segundo cálculos do Goldman Sachs. Mas o acumulado em 12 meses subiu de 3,48% para 3,57%.

Já a inflação de serviços desacelerou para 0,05% em agosto, depois de ter registrado 0,58% em julho, por causa da queda das passagens aéreas. Em 12 meses, essa medida acumula alta 3,36%, menos que os 3,41% até julho.

O núcleo da inflação de serviços, que exclui os itens mais voláteis desse segmento, foi maior do que o esperado pelo Goldman Sachs, marcando 0,40%, elevando o acumulado em 12 meses de 2,97% para 3,11%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2018

Seção: Especial

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Venezuela pode cortar energia de Roraima

A Venezuela poderá cortar o fornecimento de energia elétrica para Roraima a partir da primeira semana de setembro. O aviso foi feito ao governo brasileiro por meio de ofício encaminhado à Eletronorte no dia 4 de junho. A estatal venezuelana Corpoelec deu prazo de 90 dias para receber uma dívida acumulada em pouco mais de US\$ 30 milhões pelo suprimento de megawatts ao Brasil.

Roraima é o único Estado fora do sistema interligado nacional. Mais de dois terços do consumo são atendidos pela importação de energia gerada na usina hidrelétrica de Guri, na Venezuela, que chega a Boa Vista e outros nove municípios por uma linha de transmissão inaugurada pelos então presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez em 2001. O restante, incluindo uma complementação nos horários de pico, vem de térmicas movidas a óleo combustível.

Não falta dinheiro para o pagamento. O problema estaria relacionado, conforme relataram ao **Valor** duas fontes do setor elétrico, às sanções econômicas aplicadas contra Caracas pelo governo de Donald Trump.

O Banco do Brasil informou ao Ministério de Minas e Energia (MME), no dia 21 de junho, que não conseguiu concluir a transferência de recursos. A Caixa também não teve sucesso na operação. Houve tentativas de transferir os valores por Nova York e o Federal Reserve (Fed), banco central dos EUA, não apontou impedimentos. Mas o banco em que a Corpoelec tem conta, localizado em um terceiro país, recusou-se a receber a ordem de pagamento - supostamente por receio de sofrer punição do Fed ao fazer o repasse para a Venezuela. Como em um TED ou DOC de pessoa física, mas em grandes proporções, o dinheiro retornou para a Eletronorte.

O ministro Moreira Franco disse ao **Valor** que a confusão se deve às dificuldades causadas pelo "desmantelamento do sistema financeiro venezuelano", mas afirmou desconhecer relação direta com o embargo da Casa Branca.

O Ministério da Fazenda e o Banco Central foram acionados para encontrar uma solução. A Eletrobras, enquanto isso, se dedica à elaboração de um plano de contingência para evitar que o Estado caia no escuro em caso de desabastecimento para o Estado.

O drama já foi levado ao Palácio do Planalto. "Ponto crítico: elevado risco de interrupção do fornecimento pela Venezuela a partir de setembro de 2018!", diz o trecho de uma apresentação restrita feita pelo MME. O último pagamento à Corpoelec ocorreu em novembro do ano passado.

O Ministério das Relações Exteriores também entrou em campo e acionou os escassos canais diplomáticos mantidos com Caracas. Nos bastidores, segundo fontes próximas às discussões, o tom usado é de que a confusão tem origem em problemas alheios ao desejo brasileiro de quitar a fatura e de que seria insensibilidade cortar o suprimento de energia para um Estado onde dezenas de milhares de refugiados venezuelanos estão sendo acolhidos. Procurado, o Itamaraty não fez comentários sobre o teor das conversas, mas disse por sua assessoria que "acompanha o tema e tem realizado gestões com o governo venezuelano".

Socialmente, a insegurança energética poderia agravar a crise deflagrada pela entrada maciça de refugiados. Politicamente, representaria um duro golpe na campanha do senador Romero Jucá (MDB-RR), visto em Roraima como uma espécie de "resolvedor-geral" de problemas do Estado em Brasília. Ele tenta a reeleição ao Senado e está apenas em terceiro lugar, com 25% das intenções de voto, segundo pesquisa do Ibope na semana passada.

Autoridades da área energética minimizam o risco de falta permanente de luz em Roraima, mas admitem que o atendimento emergencial por meio das

térmicas exigiria uma operação logística complexa e custos muito maiores. Estima-se um gasto perto de R\$ 200 milhões, em 2018, com a compra de óleo para o funcionamento das usinas locais como fonte complementar de eletricidade. Se elas forem acionadas em tempo integral, a despesa anual aumentaria para R\$ 1,2 bilhão. Além disso, o número de caminhões carregando combustível pela BR-174, entre Manaus e Boa Vista, poderia até triplicar.

Em carta enviada ao ministro e colega de partido Moreira Franco, no dia 18 de maio, Jucá advertiu sobre o risco de problemas. "Não é segredo algum que a Venezuela enfrenta crise política e econômica de proporções explosivas. A produção daquele país encontra-se em queda livre e em processo de desorganização, e seu setor energético não constitui exceção a essa regra", disse o senador na carta.

"Bem por isso, são mais e mais frequentes e prolongados os cortes no fornecimento de energia a Roraima, o que nos permite vislumbrar, em futuro bem próximo, a definitiva interrupção desse serviço. Roraima encontra-se sob o risco iminente de ficar, literalmente, no 'escuro'", completou.

Dados compilados por Jucá indicam que Roraima sofreu 34 blecautes no ano passado e outros 13 apagões nos quatro primeiros meses deste ano devido à instabilidade no suprimento da Venezuela. Para ele, as térmicas não constituem solução e devem ser ligadas apenas por períodos limitados de tempo. Ele cobra o início das obras da linha de transmissão Manaus-Boa Vista, projeto leiloadado em 2011, mas que nunca pôde sair do papel por causa da falta de autorização da Funai. A linha passa por terras da comunidade indígena Waimiri-Atroari, que foi devastada na ditadura militar.

O **Valor** apurou que uma das possibilidades, agora, é usar o Convênio de Crédito Recíproco (CCR) - espécie de caixa de compensação entre bancos centrais da América Latina. A Venezuela tem dívida de US\$ 274 milhões com o governo brasileiro por garantias dadas pelo Tesouro Nacional a empresas brasileiras que exportam para o país. Os valores devidos pela Eletronorte à Corpoelec poderiam ser deduzidos desse montante.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Renato Rostás | De São Paulo

Título: Usiminas coloca participação em mineradora Musa à venda

A Usiminas contratou o BTG Pactual para vender a participação de 70% que possui na Mineração Usiminas (Musa). No fato relevante em que confirmou a operação, a empresa disse que o mandato do banco servirá para avaliar o tamanho dessa fatia no setor de mineração. O BTG foi escolhido depois de a Usiminas conversar no último mês com uma série de bancos.

A informação foi antecipada ontem no início da tarde pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

Segundo a companhia, o banco será o assessor financeiro que considerará as melhores alternativas, entre elas a alienação total ou parcial das ações. Até agora, contudo, nenhuma decisão foi tomada, acrescentou no texto.

A japonesa Sumitomo Corporation, que detém os 30% restantes da Musa, já manifestou interesse em elevar a fatia na mineradora, apurou o **Valor**. Por isso, uma das opções na mesa é um novo sócio fazer a aquisição em parceria com a Sumitomo. Há ao menos quatro interessados, de acordo com uma fonte, incluindo fundos soberanos e a também japonesa Mitsui, dona de 5,42% dos papéis da Vale.

A transação é estimada em pelo menos R\$ 1 bilhão, diz uma outra fonte. O patrimônio líquido da companhia, conforme o último balanço, é de R\$ 5,34 bilhões. "O preço final vai depender muito do perfil do sócio e deve incluir um contrato de 'take or pay' com a Usiminas", diz uma das fontes.

O valor levará em conta também o montante que precisará ser investido para prolongar a duração da mina no caso de entrada de um sócio do setor. "Para sócios financeiros, o foco é o período restante de extração, então não entra esse 'desconto' do investimento", afirma um executivo, em condição de anonimato.

No modelo de contrato "take or pay", a Usiminas asseguraria que parte da produção futura da Musa continuaria em suas mãos. Se não a levasse em devido período, teria de pagar a diferença aos novos controladores. Atualmente, a siderúrgica consome mais de 2 milhões de toneladas de minério de ferro da mineradora, que produz em ritmo de cerca de 5 milhões de toneladas por ano.

A Usiminas tinha duas opções a seguir com a Musa. Suas reservas de minérios friáveis podem se esgotar em 2025, a depender do ritmo de lavra. Para continuar explorando no empreendimento, era necessário um grande investimento para explorar minérios compactos. O capital a ser alocado para uma nova fase de exploração da Musa, contudo, poderia bater na casa do bilhão, disse uma fonte.

Concomitantemente, a empresa mineira tem de decidir qual destino dar para a unidade de Cubatão (SP), que há três anos paralisou as atividades primárias, e como será a reforma do alto-forno nº 3 de Ipatinga (MG), o maior em operação atualmente, mas já além da vida útil. Esses investimentos também têm potencial de chegar perto ou ultrapassar R\$ 1 bilhão cada um.

Apesar de ter reestruturado sua dívida em 2016 para fugir da falência, a empresa ainda não tem um resultado forte o suficiente, por conta do mercado interno instável, para tocar todos esses projetos. Sua alavancagem financeira, medida pelo índice dívida líquida/Ebitda, foi de 2,3 vezes.

Do ponto de vista estratégico, pode ser uma boa oportunidade para no mínimo reduzir a exposição ao setor minerário. Atualmente, tanto o preço à vista quanto as perspectivas para o minério são bem mais modestas do que quando formou a "joint venture", em 2010.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Redes da Cemig Telecom

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) assina hoje contratos da venda das redes de fibra óptica da Cemig Telecom. O leilão de venda ocorreu no dia 8 de agosto, quando a American Tower e a Algar arremataram um lote de ativos cada uma. O valor no negócio foi de R\$ 648,8 milhões, com ágio de 76,81%. Representantes das três empresas participarão da cerimônia da assinatura dos contratos na sede da Cemig, em Belo Horizonte. Para que o negócio seja concretizado e que os recursos cheguem aos cofres da Cemig, será preciso ainda que a operação passe pelo crivo da agência reguladora do setor de telecomunicações, a Anatel, e também pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Henry Sanderson | Financial Times, de Boston

Título: A corrida para substituir o cobalto nos carros elétricos

Em um parque industrial há uma hora de carro de Boston, o professor Michael Zimmerman, da Tufts University, trabalha em seu laboratório na esperança de que um material inventado por ele no porão de sua casa possa ajudar a resolver a crise que paira sobre a indústria de veículos elétricos - que inadvertidamente atrelou sua sorte a um dos países mais pobres e menos estáveis do mundo.

Entre uma aula e outra, Zimmerman comanda a empresa iniciante Ionic Materials, cujas baterias poderiam ser um marco para uma indústria automotiva que agora corre para aderir aos carros elétricos depois de um século produzindo motores a gasolina. Sua esperança é que o protótipo feito em casa possa abrir caminho para uma nova geração de baterias que dispense o uso de cobalto, um metal cinza prateado que tem 60% da produção originada na República Democrática do Congo.

Financiada pelo altamente respeitado investidor e cientista da computação Bill Joy, que passou anos buscando pela bateria perfeita, a Ionic Materials conta com acionistas como a aliança de montadoras Renault Nissan Mitsubishi, a Hyundai e a petrolífera Total.

"O mundo quer tornar elétricos seus veículos", diz Zimmerman em seu escritório, do outro lado do estacionamento de um centro comercial. "Nunca vi uma indústria tão grande dizer [que quer] trocar completamente de tecnologia."

A lista de financiadores da Ionic Materials reflete as preocupações cada vez maiores entre as montadoras com a atual tecnologia de baterias e o fato de dependerem do Congo. O fornecimento de Cobalto é dominado por um punhado de empresas, entre as quais a mineradora suíça Glencore, ou escavado por meio de trabalho braçal e vendido a comercializadoras chinesas no país. A mão de obra infantil é prática comum, segundo grupos de direitos humanos.

Em outras palavras, o produto que é o raio de esperança da nova economia depende altamente, por enquanto, de algumas das práticas mais criticadas da velha economia industrial.

Para muitos especialistas, a bateria vai reinar suprema neste século - da mesma forma que o petróleo reinou no anterior. Baterias alimentam as vidas digitais cotidianas das pessoas, desde os iPhones até os computadores portáteis. Também são fundamentais para que carros elétricos possam tomar o lugar dos veículos movidos a gasolina e para alguns tipos de energias renováveis. Sem elas, o mundo vai ter mais dificuldade para acabar com seu vício por combustíveis fósseis e, assim, limitar o impacto das mudanças climáticas.

Baterias, contudo, são complicadas de produzir e contêm uma combinação delicada de componentes químicos que precisam seguir uma lista rigorosa de exigências de desempenho. Os clientes querem baterias de carregamento rápido, vida duradoura e alta segurança, seja nos frios invernos ou nos calores desérticos.

Sem grandes mudanças na tecnologia das baterias, a demanda por cobalto encaminha-se a mais do que dobrar nos próximos dez anos - e a participação do Congo na produção, a subir para mais de 70% do total. O professor Gleb Yushin, da School of Materials and Engineering, do Georgia Institute of Technology, explica o cenário sem meias-palavras: a não ser que haja alguma grande inovação nas baterias, diz ele, o potencial de crescimento dos carros elétricos nunca vai se materializar.

"Não haverá indústria de VEs [veículos elétricos] sem o cobalto da RDC [República Democrática do Congo]", diz Caspar Rawles, que acompanha o mercado para a consultoria londrina Benchmark Mineral Intelligence. "Sem a RDC, a expansão dos VEs não vai ocorrer."

Zimmerman começou a pensar nas baterias há cinco ou seis anos, logo quando os veículos elétricos começavam a ganhar força e os primeiros Teslas se tornavam populares. Na época, o cobalto era um metal de nicho usado principalmente na produção de turbinas de avião e de telefones celulares.

Desde então, as vendas de veículos elétricos e versões híbridas que podem ser carregadas em tomadas elétricas passaram de 6 mil unidades em 2010 para 1 milhão de carros em 2017, cerca de 1% das vendas anuais totais. Projeta-se que mais 340 milhões de veículos elétricos (carros de passageiro, picapes, caminhões e ônibus) vão ser produzidos entre 2018 e 2030, segundo analistas da McKinsey.

Isso levou a um grande aumento na construção de fábricas de baterias. O número de "gigafábricas" em construção, chamadas assim por serem capazes de oferecer gigawatts-hora (GWh) de energia a cada ano com suas baterias, decuplicou nos últimos oito anos para 41, segundo a Benchmark Mineral Intelligence. Simon Moores, fundador da empresa, diz que a bateria está destinada a tornar-se o "barril de petróleo do século XXI".

A bateria de íon de lítio, descoberta pelo professor americano John Goodenough, de 96 anos, quando estava na universidade de Oxford em 1980, mostrou ser crucial para a ciência e tecnologia do século XX, abrindo caminho para os aparelhos eletrônicos portáteis, desde os telefones celulares às câmeras de vídeo. Também se tornou a escolha preferencial para os carros elétricos, que

usam centenas de células de bateria agrupadas em pacotes que lembram maletas de negócios de metal e chegam a pesar 600 quilos.

Desde que a Sony comercializou a tecnologia de íon-lítio em 1991, no entanto, houve poucos avanços substanciais na tecnologia, segundo Zimmerman. Ele acredita que a bateria que atualmente alimenta nosso mundo possa ter atingido seu limite.

"Todos querem que seu telefone celular dure mais e que a bateria de seus carros não exploda", diz. "Acredito que as baterias de íon de lítio chegaram a uma rua sem saída agora; não há realmente novos avanços que possam ser obtidos com a tecnologia atual."

As células de bateria dependem de quatro partes principais: um eletrodo positivo e um negativo, um separador e um eletrólito líquido. O eletrodo positivo, ou cátodo, é revestido por uma mistura de óxido de metais cuidadosamente processada, que na maioria dos carros inclui lítio, cobalto, níquel e manganês. Quando a bateria é descarregada, íons de lítio fluem para o cátodo, gerando um fluxo de elétrons e eletricidade. Quando a bateria é recarregada, eles fluem de volta para o ânodo, o eletrodo negativo, que normalmente é feito de grafite.

A bateria vai reinar suprema neste século e está destinada a tornar-se o "barril de petróleo do século XXI"

O cobalto é essencial para impedir que a bateria se sobreaqueça. Além disso, a estabilidade que traz aos materiais da bateria também permite aos usuários carregar e descarregar seu carro por muitos anos. Mas também é o mais caro dos metais usados, o que afeta a capacidade das montadoras de reduzir o custo dos carros elétricos para concorrer com os movidos a gasolina.

Analistas do banco de investimento e corretora Liberum, de Londres, estimam que o custo do quilo do cobalto na forma usada nos cátodos de bateria gira em torno a US\$ 12, em comparação aos US\$ 8 do lítio e US\$ 5 do níquel. Os metais representam cerca de 25% do custo da bateria, estimam. Embora novas fontes de cobalto estejam sendo desenvolvidas na Austrália e nos Estados americanos do Idaho e do Alasca, elas só devem começar a produzir o metal depois de 2020.

Zimmerman, um cientista de materiais, começou estudando uma área de pesquisa relativamente inexplorada: o eletrólito, que é a substância que geralmente pega fogo nas baterias. Se um material sólido, em vez de líquido, fosse usado, diz a teoria, as baterias poderiam ser mais leves e seguras.

Também permitiram às montadoras reduzir a quantidade de cobalto nos cátodos ou até dispensar seu uso, diz o professor.

O primeiro sólido eletricamente condutivo foi descoberto na década de 1830 pelo cientista britânico Michael Faraday, mas nunca funcionou em baterias a temperatura ambiente. Trabalhando em seu porão, Zimmerman criou um material polímero que pode fazer exatamente isso.

"Era um pedaço de plástico realmente feio, em um rolo com furos minúsculos por todos os lados, mas não havia como você não reagir com um 'uau!'", lembra-se Joy, que havia se empenhado em conseguir uma bateria em estado sólido quando trabalhou na firma de capital de risco Kleiner Perkins. "É simplesmente espetacular que isso tenha demonstrado viabilidade para uma propriedade que vinha sendo buscada há tanto tempo."

Várias montadoras, como a Toyota e a Mercedes-Benz, e empresas como o grupo de engenharia britânico Dyson, vêm trabalhando nas chamadas baterias em estado sólido, assim como Zimmerman. Houve investimentos de US\$ 400 milhões na tecnologia no primeiro semestre do ano, segundo a firma de consultoria Wood Mackenzie. Seus analistas preveem que tais baterias vão ser predominantes na tecnologia dos veículos elétricos em 2030, mas não devem entrar no mercado até 2025.

"Ainda há vários problemas complicados para uma bateria toda em estado sólido ser uma proposta viável comercialmente", diz Peter Bruce, professor do departamento de materiais da universidade de Oxford. "Mas agora eles estão sendo resolvidos."

A Ionic Materials é uma das várias "start-ups" que esperam comercializar a grande próxima inovação das baterias. É um campo que já viu uma boa dose de fracassos, como a quebra da fabricante de baterias de água salgada Aquion Energy, que foi financiada por Bill Gates e pela Kleiner Perkins, em março de 2017.

A maioria das montadoras caminha para produzir baterias que usam mais níquel e até 75% menos cobalto

Enquanto isso, as fabricantes de baterias correm para reduzir a quantidade de cobalto que usam na tecnologia convencional. Em julho, Yoshio Ito, chefe de negócios automotivos da Panasonic, fornecedora da Tesla, disse a repórteres em Tóquio que a empresa pretende diminuir o uso de cobalto nos carros elétricos da Tesla em dois a três anos. A Tesla disse que "almeja atingir um uso de cobalto próximo a zero no futuro próximo".

A maioria das montadoras se encaminha a produzir baterias que usam mais níquel e até 75% a menos de cobalto. Esses produtos deverão ganhar mais participação de mercado nos próximos anos.

O professor Venkat Viswanathan, da Carnegie Mellon University, diz que o uso de cobalto pode ser reduzido usando eletrólitos líquidos com determinados elementos químicos. "A Ionic Materials é um caminho para fazer cátodos com pouco cobalto, mas as fabricantes de baterias também vêm trabalhando e mostrando soluções viáveis seguindo o caminho dos eletrólitos líquidos", diz.

Mesmo se o mundo passar a usar baterias com menos cobalto, projeta-se que a demanda pelo metal vai ter mais do que dobrado em 2025, segundo a Wood Mackenzie. "Embora possível, zero cobalto é difícil [e] a esta altura zero é complicado", diz Viswanathan.

Zimmerman, por sua vez, diz que as baterias de eletrólitos líquidos com pouco cobalto ainda têm um risco considerável de pegar fogo, o que vai exigir caras tecnologias de monitoramento.

Em seu pequeno estúdio, ele exibe vídeos no laptop de pregos entrando em contato com os mais novos eletrólitos líquidos de pouco cobalto, que ele chama de "teste de penetração do prego". Há fumaça, fogo e "coisas ruins por acontecer", diz, enquanto vê as células pegarem fogo em uma câmara de metal. Esse fogo produz gases tóxicos que exigem equipes de combate ao fogo com roupas especiais. "É fundamentalmente inseguro."

"O cobalto é caro e é escavado de fontes sem práticas éticas no Congo, então as pessoas querem usar menos o metal", acrescenta Zimmerman. "Quando você coloca menos cobalto, a voltagem dos cátodos sobe e os atuais eletrólitos líquidos não podem funcionar a voltagens maiores. Mas nosso polímero pode."

A Ionic Materials informa ter testado seu polímero com cátodos que tinham pouco ou nenhum cobalto e está trabalhando com empresas para comercializar a tecnologia. Se for bem-sucedida, a firma acredita que a tecnologia poderia chegar às baterias em poucos anos e, depois disso, aos veículos elétricos.

Joy, que é um dos cofundadores da Sun Microsystems e escreveu parte do código inicial da internet, diz que tecnologias como a da nova bateria são cruciais para enfrentar as mudanças climáticas. A combinação atual de materiais foi "esticada até o limite", diz.

"O que aconteceu com a Sony inventando o íon-lítio [...] bem, acabamos tendo coisas que podem ser recarregadas", diz. "Mas eles desistiram [...] não só pela segurança e custo, mas também pela abundância, porque fisicamente não há cobalto suficiente para eletrificar o mundo." **(Tradução de Sabino Ahumada)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/08/2018****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: TPG tenta pagar menos por ativo da Abengoa**

A Seville, empresa brasileira controlada por um veículo de investimentos gerenciado pelo fundo americano TPG (antigo Texas Pacific Group), ingressou ontem com pedido na Justiça do Rio de Janeiro de isenção de pagamento de um valor de R\$ 82 milhões relativo à aquisição de sete linhas de transmissão operacionais da espanhola Abengoa no Brasil, após vencer leilão no âmbito do processo de recuperação judicial da transmissora, no fim do ano passado. O **Valor** apurou que o pleito é baseado em inconsistências encontrada na proposta da concorrente na licitação, a gestora Verti Capital.

Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, a cifra em questão é referente à diferença entre o valor final do negócio, de R\$ 482 milhões, e o preço inicial do certame, de R\$ 400 milhões, que havia sido ancorado por uma oferta vinculante feita pela própria Seville. Como a Verti Capital fez um lance de R\$ 477 milhões durante o leilão, a Seville cobriu a proposta com uma oferta 1% maior, de cerca de R\$ 482 milhões.

O **Valor** apurou que, durante a audiência em que foi realizado o leilão judicial das linhas, em dezembro, representantes da Seville questionaram a ausência de garantia financeira pela concorrente, uma exigência contida no edital. Então, após o questionamento, representantes da gestora apresentaram a garantia dada pela empresa GSR Von Zeidler Finance Holding LTD, sediada em Londres.

Receosa pela forma como foi apresentada a garantia, a Seville pediu para registrar o episódio na ata da audiência. Depois disso, a empresa encomendou relatórios para levantar informações sobre a garantidora da Verti Capital. A conclusão foi que a GSR Von Zeidler possui capital de apenas um pound e é alvo de um processo de cassação de registro em Londres.

No entendimento da Seville, de acordo com o pleito apresentado à Justiça, sem a garantia, a proposta da Verti perde a validade e a filiada do TPG ficaria desobrigada de pagar a diferença de R\$ 82 milhões.

Apesar do pleito, o **Valor** apurou que a Seville fará um depósito no valor de R\$ 82 milhões em uma conta extra no Brasil, para ser pago à Abengoa, na hipótese de a Justiça negar o pedido da empresa. O pleito da Seville também é

fundamentado no dever da companhia de prestar contas sobre a gestão de recursos de seus investidores.

Pelo trâmite do leilão das linhas, dentro do plano de recuperação judicial da Abengoa, o pagamento dos R\$ 82 milhões deve ser feito no início de setembro. O restante, no total de R\$ 400 milhões, já foi pago. A aquisição das linhas, que incluiu ainda assunção de cerca de R\$ 1,3 bilhão em dívidas, foi concluída em maio.

Em fevereiro, a Verti Capital ingressou com agravo de instrumento no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) contra a homologação do resultado do leilão judicial das linhas da Abengoa. No documento, a gestora alegou que foi negado o direito à empresa de ofertar uma contraproposta durante a audiência em que foi realizada a licitação.

O pleito da Verti Capital, porém, foi negado pelo tribunal, que entendeu que a possibilidade dada exclusivamente ao TPG de fazer contraproposta estava prevista em edital, já que o fundo foi o responsável pela oferta vinculante que viabilizou a realização do leilão.

As sete linhas operacionais que pertenciam à Abengoa somam 3.532 km, em dez Estados e possuem receita anual permitida (RAP) de R\$ 580 milhões. Foram investidos R\$ 4,9 bilhões na construção das linhas.

Procuradas, a Seville e a Verti Capital não quiseram comentar o assunto. O **Valor** não conseguiu contato com a GSR Von Zeidler.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras desrespeita paridade de preço, diz Abicom

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) ingressou nesta semana, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com uma reclamação contra a Petrobras. O **Valor** apurou que as importadoras acusam a estatal de vender diesel abaixo da paridade internacional e de perder R\$ 1,7 bilhão com a prática, entre dezembro de 2017 e maio de 2018, em desacordo com os compromissos assumidos com seus acionistas.

A CVM abriu um processo para apurar a validade da informação. A petroleira estatal informou que a acusação é "absolutamente improcedente". Segundo a

empresa, a presença de outros agentes no mercado é "positiva e desejável", mas "alegações de práticas de preços supostamente inferiores à paridade internacional devem ser vistas com cautela, na medida em que podem abarcar operações ineficientes com evidente prejuízo ao bom funcionamento do mercado".

A Petrobras também esclareceu que os preços de diesel praticados a partir de junho são aqueles fixados pelo governo, no programa de subvenção, "condição essa aplicável a qualquer agente que tenha aderido ao referido programa, que no caso da Petrobras gera resultados aderentes ao esperado pela política de preços vigente".

A reclamação da Abicom acontece em meio à perda de mercado dos importadores nos últimos meses. Desde o início do ano, depois que a Petrobras reajustou suas margens, a estatal conseguiu elevar sua participação no fornecimento de diesel ao mercado nacional, da média de 74% de 2017, para entre 77% e 79% entre fevereiro e abril.

A situação se agravou depois de maio, quando o governo criou o programa de subsídios nos preços do diesel, como parte da negociação para encerrar a greve dos caminhoneiros, e as importadoras reduziram suas cargas. Em junho, a participação de mercado da Petrobras subiu para 87%.

Esta não é a primeira acusação da Abicom contra a Petrobras. Em março, a associação, que reúne nove importadoras, já havia entrado com uma representação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), acusando a estatal de adotar "condutas anticoncorrenciais" para desestimular a importação de combustíveis.

O ingresso da Abicom na CVM acontece na semana seguinte ao anúncio das novas regras da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para aumento da transparência do mercado de combustíveis. O órgão regulador quer que todos os produtores e importadores que detêm uma participação de mercado maior que 20% em uma macrorregião sejam obrigados a abrir suas respectivas fórmulas de precificação, bem como os preços praticados para cada um dos produtos à venda, em cada ponto de entrega.

As companhias importadoras reclamam há meses de que a Petrobras vem praticando preços abaixo da paridade em alguns pontos de suprimento onde a concorrência é mais acirrada.

Na CVM, a alegação é de que a Petrobras vem desrespeitando os compromissos assumidos com os seus acionistas, já que, em outubro de 2016, a estatal anunciou a criação de uma nova política de preços de gasolina e diesel que

previa reajustes pelo menos uma vez por mês e informou aos investidores que passaria a praticar preços "nunca abaixo da paridade internacional" (conceito que inclui custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias). Na ocasião, a empresa também esclareceu que consideraria, em seus preços, uma margem e o nível de participação no mercado.

Em junho de 2017, quando passou a trabalhar com reajustes mais frequentes, quase diários, a Petrobras reiterou que os princípios da política de preços anterior permaneceriam inalterados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Mineração estável

O setor de mineração manteve no primeiro semestre de 2018 praticamente o mesmo ritmo de fusões e aquisições observado em igual período dos últimos dois anos, segundo a consultoria KPMG. Foram nove operações realizadas de janeiro a junho, contra oito nos mesmos meses de 2017 e sete em 2016. Para Paulo Coimbra, sócio da KPMG, a aprovação do novo código de mineração traz mais segurança para o investimento no setor, o que justifica a leve alta apresentada.

Preços em queda

Os preços do minério de ferro caíram ontem no mercado à vista chinês, na esteira da disputa comercial entre Estados Unidos e China. A matéria-prima com pureza de 62% caiu 0,5% em Qingdao, para US\$ 66,20 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin".

BR Distribuidora

O STJ anulou uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que condenou a BR Distribuidora a pagar cerca de R\$ 8,5 bilhões ao grupo Forte. A discussão se relaciona a uma emissão de debêntures do grupo Forte - que processou a BR alegando prejuízo superior a R\$ 8,5 bilhões.

Startup ganha recursos

A Onegrid, startup voltada ao uso racional da energia elétrica em empresas, recebeu um aporte inicial de R\$ 2 milhões do Fundo Criatec 3, criado pelo BNDES e gerido pela Inseed Investimentos. O investimento pode chegar a R\$ 10 milhões. A companhia, com sede no Estado do Espírito Santo, criou uma tecnologia que permite aos clientes ter maior controle do uso de equipamentos elétricos. A redução do consumo de energia pode chegar a 30%, de acordo com a empresa.

MME / ASCOM .